Processo n.º 226/2003

Data do acórdão: 2003-10-30

(Autos de recurso penal)

Assuntos:

- Lei n.º 8/96/M, de 22 de Julho
- usura para jogo
- suspensão de pena acessória
- proibição de entrada em salas de jogo

S U M Á R I O

A suspensão de execução da pena principal aplicada por cometimento do crime de “usura para jogo”, nos termos previstos pelo art.º 13.º da Lei n.º 8/96/M, de 22 de Julho, conjugado com o art.º 219.º, n.º 1, do Código Penal, não abrange a suspensão de execução da pena acessória de proibição de entrada em salas de jogo, imposta nos termos do art.º 15.º do mesmo diploma legal.

O relator,

Chan Kuong Seng

Processo n.º 226/2003

(Autos de recurso penal)

Recorrentes: A e B

Tribunal recorrido: Tribunal Singular do 4.º Juízo do Tribunal Judicial de Base

ACORDAM NO TRIBUNAL DE SEGUNDA INSTÂNCIA DA REGIÃO ADMINISTRATIVA ESPECIAL DE MACAU

1. C, A e B, todos com os sinais dos autos, foram julgados, na qualidade de 1.º, 2.º e 3.º arguidos, respectivamente, no processo comum singular n.º PCS-034-03-4 do 4.º Juízo do Tribunal Judicial de Base, e a final todos condenados por sentença final aí proferida em 15 de Julho de 2003, nos seguintes termos fáctico-jurídicos:

<<[...]

Discutida a causa, resultaram provados os seguintes factos:

No dia 9 de Abril de 2001, o ofendido contactou telefónicamente o arguido B, alcunha “Ah Fai”, e combinaram encontrar-se num café, onde o ofendido solicitou ao arguido B um empréstimo.

De seguida o arguido B, levou o ofendido a um restaurante do Hotel Lisboa, onde se encontravam os arguidos C e A, onde os arguidos referidos propuseram emprestar ao ofendido, para que ele fosse jogar no casino a quantia de HKD50.000,00, tendo como condição o pagamento da quantia em dívida e 10 a 15% de juros sobre cada aposta efectuada.

O ofendido aceitou e cerca das 12H00 do mesmo dia, deslocou-se com os arguidos B, C e A, à entrada da sala “Pak Seng Teng” do casino do Hotel Lisboa, onde os arguidos entregaram a quantia de HKD50.000,00 em fichas, ao ofendido para jogar.

Durante o jogo, o arguido B retirava das apostas a percentagem combinada tendo obtido cerca de HKD10.000,00.

Cerca das 18H00 do mesmo dia, o ofendido acabou por perder todo o dinheiro emprestado.

Os arguidos agiram livre, voluntariamente e conscientemente ao emprestar dinheiro destinado ao jogo no casino, vindo a estipular juros por tal com intenção de obter vantagem patrimonial não consentida por lei.

Bem sabendo ser proibida e punida por lei as suas condutas.

Nada consta do CRC em desabono dos arguidos B e A.

Por acórdão de 26 de Março de 1999, o arguido C foi condenado na pena de um ano de prisão suspensa na sua execução por dois anos e de proibição de frequentar as salas de jogo por dois anos pela prática de um crime de usura para jogo p. e p. pelo artº 13º, nºs 1 e 2 da Lei nº 8/96/M, de 22 de Julho e artº 219º, nº 1, do CP.

O arguido C confessou parcialmente os factos.

O arguido B auferе mensalmente MOP\$6.000,00 a MOP\$7.000,00. Tem a seu cargo a mulher e um filho. Tem como habilitações literárias o ensino secundário.

*

Factos não provados:

Nada a assinalar.

*

Motivação:

A convicção do Tribunal baseou-se nas declarações dos arguidos, nas declarações das testemunhas sendo as da 1ª lida nos termos do artº 337º, nº 2, a), do CPP que depuseram com isenção e imparcialidade e nos documentos juntos aos autos.

*

III

Fixada a matéria de facto, há que aplicar o direito.

Da matéria fixada conclui-se que estão reunidos os elementos objectivos e subjectivos previstos nos artº 219º, nº1 do CPM e artº 13º da Lei 8/96/M; que tipificam o crime de usura.

*

Encontrado o tipo, é momento de determinar a pena.

Atentas as circunstâncias acima descrita, nomeadamente a confissão parcial do arguido A e os antecedentes criminais dos arguidos, a moldura abstrata aplicável e o preceituado no artº 65º do CP, a pena de um ano e três meses para o 1º arguido e a pena de nove meses de prisão revela-se ajustada em relação aos 2º e 3º arguidos.

No entanto, por se concluir que a simples censura do facto e a ameaça da prisão realizam de forma adequada e suficiente as finalidades de punição, é de lhes suspender a pena por um período de dois anos.

Quanto à pena acessória prevista no artº 15º da Lei 8/96/M, afigura-se ajustada proibir o 1º arguido de frequentar as salas de jogo por três anos e os 2º e 3º arguidos de frequentar as salas de jogo por dois anos.

*

IV

Nos termos e fundamentos expostos, na procedência da acusação, condeno:

- o arguido **C** na pena de 1 (um) ano e 3 (três) meses de prisão pela prática de um crime de usura p. e p. pelos artº 219º, nº1 do CPM e artº 13º da Lei 8/96/M, de 22 de Julho; e
- os arguidos **A** e **B** na pena de 9 (nove) meses de prisão pela prática de um crime de usura p. e p. pelos artº 219º, nº1 do CPM e artº 13º da Lei 8/96/M, de 22 de Julho;

Nos termos do artº 48º, suspendo a execução da pena ora aplicada por um período de dois anos.

Condena-se ainda o 1º arguido na pena acessória de proibição de frequentar as salas de jogo por três anos e os 2º e 3º arguidos na pena acessória de proibição de frequentar as salas de jogo por dois anos.

Mais vão os arguidos condenados solidariamente nas custas do processo fixando-se em 1UC a taxa de justiça individual.

Restitua as cassetes apreendidas à STDM.

Restitua o dinheiro apreendido e a lista telefónica ao 1º arguido.

[...] >> (cfr. o teor de fls. 217 a 218v dos autos, e *sic*).

2. Notificados desse veredicto, apenas vieram recorrer dele para este Tribunal de Segunda Instância (TSI) o 2.º arguido A e o 3.º arguido B, que concluíram a sua motivação unitariamente apresentada a fls. 225 a 228 de forma identicamente seguinte, pedindo a procedência dos seus recursos:

<<[...]

A-Os recorrentes consideram que a suspensão da pena que lhes foi aplicada deve abranger todas as penas, tanto as principais como as acessórias o que não se verificou na sentença de que ora se recorre. (artº 400 nº 1 do C.P.P.M.);

B-Uma vez que a Meritíssima Juíza "a quo" considerou verificarem-se os condicionalismos previstos no artº 48º do C.P.M. e por isso decidiu suspender a pena principal, deveria, pelos mesmos motivos, ter suspenso a execução da pena acessória, dado que ambas estão intrínsecamente ligadas;

C-A não suspensão da pena acessória traduz-se para os recorrentes (bate-fichas de profissão), na violação do seu direito ao trabalho e cria condições para que os mesmos face às novas dificuldades que vão sentir no desemprego se possam sentir atraídos ou aliciados para a prática de novas actividades criminosas;

D-O facto da pena acessória não ter sido suspensa não vai, de forma alguma, facilitar a reintegração dos recorrentes na sociedade.>> (cfr. o teor de fls. 227v a 228 dos autos, e *sic*).

3. Contramotivou o Digno Procurador-Adjunto junto do Tribunal recorrido, pugnando pela negação de provimento aos dois recursos, através mormente das seguintes conclusões:

<<[...]

- 1 - Não há qualquer disposição legal que obrigue a suspensão de execução da pena acessória quando a pena principal se encontra suspensa na sua execução;
 - 2 - Não se provou qualquer confissão integral ou parcial dos factos por parte dos recorrentes, muito menos as suas situações profissionais;
 - 3 - Dada a própria natureza da actividade de bate-fichas e mesmo que os recorrentes se exerçam esta actividade, a não aplicação imediata da pena acessória constituiria um factor instável ou até prejudicial quanto à esperada reintegração social dos recorrentes, finalidade subjacente à suspensão de execução da pena principal;
 - 4 - Não se demonstra no caso qualquer circunstância justificativa e forte que deva levar à suspensão da pena acessória;
- [...]>> (cfr. o teor de fls. 233v autos, e *sic*).

4. Subidos depois os recursos para este TSI, a Digna Procuradora-Adjunta, em sede de vista, emitiu o competente Parecer, no sentido da improcedência dos mesmos (cfr. o teor de fls. 248 a 249 dos autos).

5. Feito subsequentemente o exame preliminar pelo relator que opinou pela rejeição de ambos os recursos dada a manifesta improcedência

dos mesmos, e corridos, depois, os vistos legais, cumpre agora decidir nos termos dos art.ºs 408.º, n.º 1, 409.º, n.ºs 1 e 2, do Código de Processo Penal (CPP).

6. Para o efeito, há que notar, de antemão, que este TSI, como tribunal *ad quem*, ao tratar da questão de rogada suspensão de execução da pena acessória de “proibição de frequentar as salas de jogo”, única, concreta e materialmente posta pelos dois recorrentes na sua motivação e delimitada pelas conclusões dessa mesma peça como objecto dos seus recursos, só tem obrigação de decidir da mesma questão, e já não de apreciar todos os argumentos ou motivos alegados pelos dois recorrentes para sustentar a procedência da sua pretensão (cfr., neste sentido, nomeadamente os arestos deste TSI nos seguintes processos penais: de 23/10/2003 no processo n.º 201/2003, de 25/9/2003 no processo n.º 186/2003, de 18/7/2002 no processo n.º 125/2002, de 20/6/2002 no processo n.º 242/2001, de 30/5/2002 no processo n.º 84/2002, de 17/5/2001 no processo n.º 63/2001, e de 7/12/2000 no processo n.º 130/2000).

7. Ora, após analisadas o teor da sentença recorrida, e as circunstâncias fácticas nela dadas por apuradas, bem como o preceituado no art.º 48.º do CP, entendemos ser de rejeitar os dois recursos em causa,

por nos ser realmente manifesta a improcedência dos mesmos, em face da douda análise já judiciousa e pertinentemente empreendida pela Digna Procuradora-Adjunta no seu conceituado Parecer emitido nos autos, na seguinte parte por nós aqui assimilada como solução concreta ao presente caso:

Com a imposição do recurso, os recorrentes insurgem-se contra a não suspensão da pena acessória de proibição de frequentar as salas de jogo por dois anos que lhes foi aplicada, alegando que a suspensão da pena aplicada deve abranger todas as penas, tanto a principal como a acessória.

No entendimento dos recorrentes, encontrando-se a pena acessória prevista no art.º 15.º da Lei n.º 8/96/M, de 22 de Julho, intrinsecamente ligada à pena principal, e ficando já suspensa a execução desta, por se considerarem verificados os condicionalismos previstos no art.º 48.º do CP, deveria também ser suspensa a execução de tal pena acessória, sob pena de se violar o direito deles ao trabalho como sendo “bate-fichas” de profissão, e de se dificultar a sua reintegração na sociedade.

Ora, nos termos do art.º 15.º da Lei n.º 8/96/M, a pena acessória de proibição de entrada nas salas de jogo, por um período de dois a dez anos, é aplicada a quem for condenado pelo crime de usura para jogo previsto no art.º 13.º do mesmo diploma.

No entanto, não se pode retirar daí a conclusão de que a suspensão decretada da pena principal implique também como que necessariamente a suspensão da pena acessória.

É que não encontramos nenhuma disposição legal para sustentar essa tese preconizada pelos recorrentes.

Dest'arte, naufragam ambos os recursos, por nos serem manifestamente infundados.

8. Em sintonia com todo o exposto, **acordam em rejeitar os recursos**, por manifesta improcedência dos mesmos.

Custas nesta instância pelos dois recorrentes, que devem pagar ainda duas UC (mil patacas) de taxas de justiça individuais (fixadas nos termos conjugados dos art.ºs 69.º, n.º 1, e 72.º, n.ºs 1 e 3, do Regime das Custas nos Tribunais) e três UC (mil e quinhentas patacas) de sanção pecuniária (aplicada por força do disposto no art.º 410.º, n.º 4, do CPP e no art.º 4.º, n.º 1, alínea g), do Decreto-Lei n.º 63/99/M, de 25 de Outubro, aprovador do mesmo Regime das Custas).

Macau, 30 de Outubro de 2003.

Chan Kuong Seng (relator)

José Maria Dias Azedo

Lai Kin Hong